

Dívida não dá folga, nem durante o feriado

A próxima semana tem uma agenda cheia de eventos internacionais relacionados diretamente aos interesses do País. Desta vez, nem o feriado da Proclamação da República será respeitado, para não prejudicar a renegociação da dívida externa do Brasil.

Hoje, para começar, viajam para Nova Iorque o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, e o diretor da área externa do BC, Madeira Serrano. Também embarca para os EUA o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, com destino à Filadélfia, onde fará uma palestra na 6ª Conferência sobre Assuntos Financeiros. Dia 13 "marca ponto" em Washington e no dia seguinte em Nova Iorque, para inaugurar a rodada de negociações da dívida brasileira, ao lado de Pastore e Serrano.

Já se sabe que Galvães pedirá que os bancos acertem com o Brasil, de uma só vez, o esquema de pagamento do principal da dívida a vencer de 1985 a 1990. Os juros serão pagos normalmente, só que as autoridades brasileiras estão pedindo uma redução dos "spreads" de 2,25 para 1,125 por cento. Cálculos do Banco Central indicam que nos próximos seis anos, US\$ 42,2 bilhões do principal da dívida externa estarão vencendo. E como o País não terá condições de continuar pagando, é melhor reescaloná-los.

Quem viaja também é o ministro do Planejamento, Delfim Netto. Ele embarcou sexta-feira à noite rumo a Nova Iorque, e segunda-feira estará em Washington. Na capital norte-americana, fará contatos com o secretário do Tesouro, Donald Regan, com o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e com o presidente do Banco Mundial, Alden Calusen. Sabe-se que de Washington Delfim segue para contatos informais com bancos de Londres, chegando também a Paris, para sondagens com autoridades econômicas francesas, que presidem o clube de credores lá sediado. Vale lembrar que depois de concluir negociações com banqueiros privados, o Brasil terá que fazer um acordo também com governos no Clube de Paris.

Assembléia da OEA

Outro acontecimento internacional também de alta envergadura será a inauguração, nesta segunda-feira, da assembléia anual da Organização dos Estados Americanos, com um discurso do presidente Figueiredo. O secretário de Estado Norte-americano, George Schultz, fará também um discurso e provavelmente conversará reservadamente com Figueiredo. Amanhã mesmo ele retorna aos Estados

Unidos. O chanceler americano está desde ontem em Brasília, onde participa hoje à tarde da reunião preparatória da assembléia da OEA.

Nesta assembléia, o tema da dívida externa dos países latino-americanos chegará a ser debatido, como está relatado em outra matéria desta edição. A Assembléia da OEA não será interrompida no dia 15, feriado.

Prime rate

Todos esses acontecimentos — assembléia da OEA e o reinício das negociações da dívida externa brasileira — estão sendo precedidos de um fato agradável, que é a queda das taxas de juros preferenciais nos Estados Unidos, beneficiando bastante o Brasil, que contraiu maior parte de empréstimos externos com base em taxas flutuantes. Na última quinta-feira, os principais bancos norte-americanos baixaram a prime rate para 11,75 por cento, havendo perspectivas de que ela caia mais, para 11,5 por cento.

Os banqueiros estrangeiros, ao renegociarem com o Brasil, estarão resguardados por duas definições importantes no campo político. Nos EUA, o fundamental foi a eleição de Ronald Reagan para mais um mandato de quatro anos, enquanto no Brasil já se tem com certa a escolha do ex-governador de Minas, Tancredo Neves, na reunião do Colégio Eleitoral prevista para 15 de janeiro. E o sinal visível de que os bancos terão novos interlocutores a partir de 15 de março de 1985.

Mundo monetário

Por outro lado, nesta terça-feira, 13, deve desembarcar no Brasil mais uma missão técnica do FMI para fazer os levantamentos das metas do terceiro trimestre deste ano e discutir a definição dos critérios de performance para o primeiro trimestre do ano que vem, o último do governo Figueiredo. Com relação à metas de 1984, as relacionadas com a base monetária e os meios de pagamento, cuja expansão está fixada em 95 por cento, estão superadas. Também foi ultrapassada a meta de inflação de 194 por cento.

Depois de março, caberá ao próximo governo a decisão de manter ou não o acordo stand by, assinado pela atual administração em fins de 1982 que vem sendo sucedido por seis cartas de intenções até o momento. Haverá uma nova carta para vigorar entre janeiro e 31 de março do próximo ano, contendo as referências numéricas de expansão dos meios de pagamentos, da base monetária, do crédito interno líquido e do déficit público, que são as pilares dos programas de ajustamento do FMI.